



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A CONCEPÇÃO DE MARIA CLARA DI PIERRO¹

SANTOS, Maria de Fátima Alves do²
MEDINA, Diego Cabral³
SOUSA, Daniel Marcolino Claudino de⁴

RESUMO

Este artigo trata da concepção de Maria Clara Di Pierro acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que fornece ampla contribuição com o tema, enfatizando alguns dos aspectos levantados por essa pesquisadora como a secundarização em termos de políticas públicas dessa modalidade de ensino. Procura dar visibilidade à discussão de uma modalidade de ensino relacionada a um público amplamente precarizado, buscando elencar publicações da autora em que trata do tema, dentre elas, artigos, entrevistas e debates, selecionando algumas para amparar a discussão da questão dos problemas pertinentes a essa modalidade de ensino. Este artigo se coloca na esteira de lutas para buscar reparar direitos conquistados e assegurados constitucionalmente para um segmento populacional que fora impedido de ter acesso à educação formal. A EJA é destinada a jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade convencional, que compõem uma categoria bastante heterogênea entre si, visto suas dificuldades de aprendizado e interrupções dos estudos terem se dado de modo singular. Essa modalidade de ensino se diferencia das outras em virtude da fragilidade dos alunos que a buscam. Pierro (2005) afirma que as primeiras semanas de aula são decisivas frente ao desconforto comum desses alunos, pois, com frequência, desistem do retorno aos estudos. Sendo assim, esses aspectos que conferem heterogeneidade a esse segmento demanda acolhimento e encaminhamento flexíveis, que partam das experiências de vida dos educandos. Foi concluído que a EJA teve avanços formais em seu atendimento como política pública no Brasil, mas ainda carece amplamente de elementos básicos para seu bom funcionamento, dentre eles, a formação dos professores que lidam com essa modalidade.

Palavras-chave: EJA. Alfabetização. Ensino-Aprendizagem; Inclusão Social; Maria Clara Di Pierro.

Introdução

Este artigo tem o objetivo de tratar do tema Educação de Jovens e Adultos (EJA) segundo a concepção de Maria Clara Di Pierro, professora da Universidade de São Paulo, procurando, de acordo com seus textos e entrevistas selecionados, identificar e apontar dificuldades dessa

modalidade escolar para um bom funcionamento, com formação robusta, e também tratar das dificuldades muito correntes que caracterizam social e economicamente os alunos que frequentam essa modalidade de ensino. Objetiva ainda apresentar o alheamento da EJA no sistema educacional, indicando a falta de financiamento e políticas públicas específicas para ela.

Para o desenvolvimento desse tema foram feitas pesquisas com textos e vídeos da referida professora, que leciona essa disciplina, sobre o assunto, sobretudo alguns que destacaram como fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, contribuindo amplamente na compreensão dessa modalidade e de sua importância para a educação e formação da sociedade. Os textos pesquisados serão apresentados em forma de Quadro mais adiante.

Conforme se poderá notar, a professora Di Pierro se especializou no tema, fornecendo robusta contribuição para sua compreensão, sendo esta a razão de tomarmos suas pesquisas de modo central aqui neste trabalho. Tal discussão desdobra-se ainda como uma ampla dívida do país frente a um determinado segmento populacional significativo espoliado do sistema educacional, quando se trata, pois, de um direito fundamental.

O presente trabalho mostra a importância de tratar das características dessa modalidade de ensino a fim de entender o que se precisa para que os seus alunos cheguem ao final do curso de modo satisfatório. Procuraremos tratar, pois, de caracterizar a EJA a partir de alguns textos de Maria Clara Di Pierro, que trata dessa modalidade no país. Além disso, relaciona essas características com a necessidade da existência de procedimentos próprios e não ancorados num sistema regular, de professores que complementam carga horária na EJA, por exemplo. Ademais, a autora ainda destacará a necessidade de inclusão no orçamento formal da educação no país.

Para a conclusão da pesquisa citamos autores que se debruçaram sobre o assunto, com a presença de Maria Clara Di Pierro (2015), além de outros autores envolvidos, como o caso de Sérgio Haddad (2000), foram elaboradas várias pesquisas que construiu com alguns documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB/1996) A Constituição Federal de 1988 (Brasil,1988), que foi abordada sobre essa modalidade e alguns termos oficiais no país.

Características da EJA e a pesquisadora Di Pierro

Maria Clara Di Pierro (2015), professora e pesquisadora, dedica-se em escritos e leciona sobre o tema EJA, fala da necessidade de aprimorar a modalidade e de lutar pelo direito de uma educação reparadora. Por vários motivos, os jovens e adultos tiveram que deixar os estudos

precocemente.

A autora (Di Pierro, 2015) ainda afirma sua experiência na área, convicção e responsabilidade com a profissão, experiência em lugares diferentes, mas com os mesmos propósitos que a formação de jovens e adultos que querem ou precisam se alfabetizar, além de inserirem-se no mundo letrado de modo mais pleno. Importante também que eles dominem plenamente a língua, a fim de que possam se organizar e lutar pela atualização de seus direitos à educação, uma vez que eles lhe foram negados no tempo devido. Jovens e adultos pertencentes ao segmento populacional mais desfavorecido da sociedade, tendo que trabalhar, entre outros motivos, acabam abandonando os estudos precocemente.

Conforme texto de Di Pierro (2014), entender a demanda nacional por reparação educacional, em entrevista, Di Pierro (2014) mostra que a EJA não está muito relacionada no espaço das políticas públicas, sendo elas menos favoráveis a essa modalidade, mantendo-se, assim, em um lugar secundário na agenda das políticas educacionais. Nesse sentido, as políticas públicas são tomadas como desafios a serem enfrentados no sentido de incluírem a EJA.

É curioso que, no entanto, as matrículas na EJA tenham diminuído nos últimos anos (Di Pierro, 2014). Assim, a autora fala sobre a necessidade de se fazer uma investigação para saber por que as matrículas estão declinando. Esse problema da declinação de matrículas na EJA foi investigado por professores e gestores ativistas em 2006, pois até esse ano, a EJA era vista como um tópico secundário das políticas públicas. Há uma tendência, desde a década de 1980, de os estados passarem a responsabilidade da EJA para os municípios. Ao menos em São Paulo, o estado abriu mão de continuar aqui, conforme Decreto estadual n. 40.673/96 mencionado por Di Pierro.

Até a década de 1980 a oferta pública de ensino para jovens e adultos no estado de São Paulo era realizada predominantemente pela rede estadual de ensino. A descentralização da modalidade teve início em 1990, quando muitos municípios absorveram os serviços de alfabetização e pós-alfabetização até então mantidos pela extinta Fundação Educar, sucedânea do Mobral (HADDAD et al., 1993). A tendência à municipalização se aprofundou a partir de 1996, quando pelo Decreto 40.673 o governo estadual retirou-se da oferta das séries iniciais da EJA, delegando essa tarefa às municipalidades (CARVALHO, 2006; FURLAN, 2007; VIEIRA, 2011). Na década seguinte as estatísticas paulistas registraram a intensificação da municipalização do Ensino Fundamental de jovens e adultos, concomitante ao declínio da oferta privada e, na segunda metade da década, o recuo também das matrículas na rede estadual.” (p. 43).

Na constituição institucional concebida ao público da EJA, Di Pierro (2007), junto ao fundo de manutenção e o desenvolvimento da educação básica. Com a valorização de profissionais da educação (FUNDEB) foi liberado um valor tanto para merenda quanto para o

transporte escolar dos docentes. Essa modalidade de ensino foi caracterizada em função social e pedagógica, onde atende às necessidades de formação de jovens e adultos. Também tiveram acesso a essa modalidade para pessoas idosas que por vários motivos e dificuldades não conseguiram concluir os estudos na idade regular.

A EJA é destinada a jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade convencional, sendo a partir de 15 anos de idade, para o Ensino Fundamental, e maiores dos 18, para o Ensino Médio. Alunos que compõem uma categoria bastante heterogênea entre si, visto suas dificuldades de aprendizado e interrupções dos estudos terem se dado de modo bastante singular. Essa modalidade de ensino se diferencia das outras em virtude da fragilidade dos alunos que a buscam. Pierro (2005) afirma que as primeiras semanas de aula são decisivas, pois os alunos podem se sentir desmotivados e não desistirem do retorno aos estudos. Sendo assim, esses aspectos que conferem heterogeneidade a esse segmento demanda acolhimento e encaminhamento flexíveis, que partam das experiências de vida dos educandos. Foi concluído que a EJA teve avanços formais em seu atendimento como política pública no Brasil, mas ainda carece amplamente de elementos básicos para seu bom funcionamento, dentre eles, a formação dos professores que lidam com essa modalidade.

A EJA possui uma dupla função: reparar as lacunas educacionais e promover a emancipação dos sujeitos por meio do acesso ao conhecimento. Di Pierro (2010) reforça que essa modalidade de ensino deve transcender a ideia de mera compensação, buscando formar cidadãos críticos e ativos na sociedade.

A EJA no Brasil é um segmento essencial do sistema educacional, visto que tem o objetivo de reparar direitos sociais fundamentais negligenciados pelo Estado, mas que enfrenta desafios históricos e estruturais para ocupar um lugar definitivo e consolidado no âmbito das políticas públicas. A importância dessa modalidade de ensino, conforme já fizemos notar, precisa voltar-se seriamente para a função de devolver o direito à educação a um segmento brasileiro marginalizado. Esse segmento populacional, por razões sociais, econômicas ou culturais diversas, não teve acesso ou continuidade na formação escolar em idade regular. A efetivação desse direito fundamental esbarra em dificuldades relacionadas à formulação de políticas específicas, financiamento, formação de professores e reconhecimento social da EJA como parte integral do sistema de ensino.

Com a lei federal de 1988 a EJA foi reconhecida com o direito e dever dos estados relacionados aos recursos de desigualdade educacional. A EJA tem como base os jovens e adultos

para que eles possam concluir a educação básica. Os desafios enfrentados pela EJA também são desafios de sua trajetória histórica, marcada por períodos de avanço e retrocesso.

De acordo com Di Pierro (2001), a descentralização e a focalização das políticas públicas se desenvolvem para uma fragmentação das ações voltadas para a EJA, dificultando a construção de um sistema integrado. Essa fragmentação compromete a estabilidade da modalidade no sistema de ensino e a continuidade de programas educativos em diferentes contextos regionais.

Apesar dos esforços institucionais e da formulação de políticas como o Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê metas específicas para a EJA, a modalidade ainda não ocupa um lugar definitivo no sistema de ensino. Isso deve, em parte, uma visão compensatória que historicamente foi caracterizada, limitando seu papel a uma educação reparadora e emergencial. Como destaca Di Pierro (2005), essa concepção reduz o potencial emancipatório da EJA e a distância da construção de uma educação integral e cidadã. Um dos principais obstáculos para a consolidação da EJA é o financiamento insuficiente. A construção de um lugar definitivo para a EJA no sistema de ensino também depende de um processo de reconhecimento social. A EJA passou por diversas mudanças no sistema de ensino e na formação de educadores construídos para atender o público da EJA.

Onde são necessários profissionais para atender às expectativas de jovens e adultos que promovem uma vivência durante as aulas ao concluir seu aprendizado. Nesse ponto a EJA ocupa um espaço definindo a necessidade conjunta entre estado, sociedade civil e os docentes. Isso atenderá às finanças que consistem na política pública e na formação dos docentes a uma realidade de mudança sobre essa modalidade. Como podemos destacar DI PIERRO (2010) a EJA é um potencial na sociedade e uma ferramenta na construção da igualdade da democracia. De acordo com Di Pierro (2006), até hoje não foi constituído um lugar definitivo para a EJA nas escolas públicas. Lugar é que atende às demandas próprias dessa modalidade.

Confirma essa situação de precariedade da EJA o fato de não haver formação específica para a EJA. Sendo assim, a grande maioria dos professores que trabalham com a EJA, conforme Di Pierro (2014) são os mesmos professores do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Eles acabam completando carga horária com a EJA e, por essa razão, utilizam seu material didático de outras turmas na EJA. Resulta daí uma série de inadequações pedagógicas, já que essa inadequação é pressuposta pela falta de preparação e organização do trabalho dos profissionais da EJA.

Além do problema de formação dos professores que atuam na EJA, Di Pierro (2014) fala

sobre a dificuldade para a escola conseguir assimilar a palavra que vem para os ensinos fundamental e médio, uma vez que não vem um valor específico para a EJA. A designação da distribuição das palavras nas escolas é de responsabilidade das próprias unidades escolares.

Assim, a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) N. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 passou por várias mudanças. Em sua Arte 24, por exemplo, a educação básica nos níveis fundamental e médio será organizada de acordo com as seguintes regras comuns. O inciso VII deste artigo afirma que “cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declaração de conclusão de séries e diplomas ou certificado de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.”.

O público da EJA

A modalidade de jovens e adultos (EJA) requer um objetivo onde atende o público docentes, onde pode apresentar trabalhadores um recurso aprimorado de capacitação para se inserirem no mercado de trabalho(Paiva,2003).

Entretanto, a EJA apresenta o desafio de não estar alinhada à realidade do trabalhador-estudante, conforme defendido por Paulo Freire (1988). Nesse contexto, os conteúdos escolares frequentemente se mostram desconectados das necessidades práticas desses alunos, entrando em conflito direto com as expectativas e a urgência de qualificação que motivam os estudantes a frequentarem o turno noturno em busca de formação adequada a suas demandas específicas (Paiva, 2003).

Enxergar alunos da EJA como meros coitados sem muitas opções e empurrá-los para aulas improvisadas e sem amparo com livro didático, por exemplo, como se fosse suficiente para suprir suas necessidades, sem ou menos saber quais são suas demandas reais, não deveria ser desse modo, mas transformou-se “regra”, e levado à distração, tornou-se comum o que não poderia tornar-se.

Mediante aos principais acontecimentos históricos abordados dentro do tema, fica aberta a reflexão sobre a necessidade de planejamento do ensino de jovens e adultos para seus alunos. É importante que essa modalidade esteja preparada para seus alunos e não que seus alunos estejam preparados para ela como foi ocorrido por décadas.

Com referência aos temas abordados nos textos sobre a forma como a EJA é agregada na grade curricular para esses alunos dessa modalidade de ensino, pois se tiver um interesse mais sério da parte dos órgãos competentes, sobretudo do MEC, no interesse uma dinâmica no nível de realidade desse aluno que frequenta a intuição.

A modalidade EJA envolve uma série de precariedades e desafios específicos de Dourado e Alencar (2022) nas questões que permeiam essa modalidade educacional e abordam a alfabetização para o docente no mundo do trabalho. O ensino do desenvolvimento da EJA está amplamente ligado ao processo da democracia ao direito de igualdade e social.

A EJA é uma tática reparadora na tentativa de “facilitar” a vida de várias pessoas que não tiveram as condições ideais para estudar na idade adequada, com frequência, conforme vimos, por ter de trabalhar cedo para auxiliar nas despesas de casa.

Com o objetivo de apresentar um panorama da produção bibliográfica da autora estudada neste trabalho, sua dedicação ao tema em questão, apresenta-se a seguir dois quadros que resumem essa produção. O Quadro 1 reúne a produção de livros com participação da autora. Já o Quadro 2 contém artigos e entrevistas da autora.

Quadro 1 – Livros publicados sobre EJA de autoria de Maria Clara Di Pierro.

Título	Ano
A atualidade das políticas de EJA.	2023
Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA	2022
O impacto da inclusão da Educação de Jovens e Adultos no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica	2017a
Um estudo sobre centros públicos de educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo (2014-2017)	2017b
A alfabetização de jovens e adultos no Município de São Paulo.	2012a
A alfabetização de jovens e adultos no Município de São Paulo.	2012b
Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil	2004.

Fonte: autoria própria (2024).

Quadro 2 – Artigos publicados sobre EJA de autoria de Maria Clara Di Pierro.

Título	Ano
Desafios da Educação de Jovens e Adultos no contexto do envelhecimento da população paulistana.	2024
Cultivando a memória, o Inep reexaminar periodicamente sua identidade	2022
Grundtvig e as escolas populares da Dinamarca: Interloquções com Paulo Freire e contribuições à Educação de Jovens e Adultos no Brasil.	2021

A política paulistana de EJA: território e desigualdades.	2019
Luta social e reconhecimento jurídico do Direito Humano dos jovens e adultos à educação.	2008
Visões da educação de jovens e adultos no Brasil.	2001
Escolarização de jovens e adultos	2000

Fonte: autoria própria (2024).

A população paulista enfrenta vários desafios na educação de jovens e adultos relacionados ao contexto do envelhecimento populacional. O artigo se refere à população idosa e ao grupo que relaciona maior índice de analfabetos com baixa escolaridade em comparação a outras faixas etárias. Conforme indicado pela autora, a EJA é uma modalidade educacional que atende às necessidades de escolarização de pessoas idosas. Sendo a responsabilidade da gestão estadual prover o ensino médio e a gestão do ensino fundamental será compartilhada entre estados e municípios. A baixa frequência de pessoas idosas com pouca escolaridade na EJA refere-se a questões vinculadas às concepções político-pedagógicas relacionadas a essa modalidade educacional e à gestão do veículo.

Em diferentes trajetórias a educação de jovens e adultos (EJA) passa por uma escolarização bem marcada pela exclusão social, cultural e educacional. onde é constituída por docentes que por diversas razões não alcançadas na idade regular, segundo Maria Clara Di pierro e alguns outros os autores relatam que o público reflete algumas desigualdades estruturais na sociedade brasileira. Os jovens e adultos buscam frequentar as aulas mas na maioria das vezes enfrentam vários obstáculos e tem que interromper seus estudos por serem de baixa renda, e muitos têm que interromper os estudos em algum momento posterior a vida. Di Pierro, Vovio e Andrade (2008) destacam que esse público inclui tanto analfabetos absolutos quanto aqueles que possuem algum nível de escolaridade, mas que não concluíram o ensino básico ou médio. O Estado de São Paulo, por exemplo, apresenta um quadro que reflete essa realidade nacional. Di Pierro e Vieira (2009) relatam que a alfabetização de jovens e adultos enfrenta alguns desafios na política pública educacional e são necessárias algumas adaptações curriculares, além disso a maioria dos docentes é composta por trabalhadores que têm que se adaptar a rotina trabalhista com os objetivos escolares.

Em outro aspecto relacionado ao público da EJA que se reflete no preconceito enfrentado

pelo analfabeto, esse tema foi explorado por Ana Maria Gavião e Maria Clara Di Pierro (2013). As autoras relatam que o analfabetismo é frequente e por isso faz com que os docentes prefiram a exclusão e dificultar a interação desses docentes ao sistema educacional. O analfabetismo dificulta o docente da invisibilidade social desse público educacional, Galvão e Di Pierro relatam que tem como objetivo combater esse preconceito para criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e conseguir um currículo onde possa obter experiências e sabedorias dos docentes. O público da EJA também é marcado por uma diversidade cultural que enriquece o processo de ensino e aprendizagem, mas que, ao mesmo tempo, exige abordagens pedagógicas inovadoras e inclusivas. Di Pierro (2011) ressalta que a formação de educadores é um dos pontos centrais para atender às especificidades desses segmentos.

Os professores têm que ter um curso preparatório para auxiliar esses docentes na trajetória da vida e do conhecimento integrado ao processo educacional. A experiência acumulada pelo público da EJA deve ser valorizado como ponto de partida para a construção do conhecimento, promovendo a dialogicidade e o protagonismo dos alunos no processo de aprendizagem. Os currículos utilizados nessa metodologia são fundamentais para garantir que os conteúdos treinados tenham uma importância para o estudante. Esse público requer uma importância múltipla nesse contexto de educação de jovens e adultos, uma possibilidade de transformação pessoal e social, assim Di Pierro e vários autores enfatizam, existem vários para construir um sistema educacional que requer dignidade desses docentes para adotar práticas pedagógicas inclusivas.

A diversidade desse público, em termos de origens, necessidades e expectativas, é uma força que deve ser celebrada e integrada ao projeto educacional. Reconhecer e valorizar as especificidades dos estudantes da EJA é um passo essencial para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva no sentido da construção de uma sociedade melhor e mais justa.

No entanto, essa sociedade, no Brasil, está longe de ganhar substância. O fracasso escolar é expressão da distância de uma sociedade justa, pois o fracasso escolar adquire uma posição central no contexto da EJA sendo abordado nas obras de Maria Clara Di Pierro. A autora trata dos desafios enfrentados no fracasso escolar, vista como uma modalidade difícil entre o direito à educação e o reconhecimento dos docentes e seu público. Di Pierro (2017), pois, trata do fracasso com uma trajetória educacional não assimilada à exclusão. Afirma ainda que os docentes muitas vezes têm experiência de sucesso em sua passagem pela educação, mas na educação básica regular. A EJA está relacionada a condições que dizem respeito ao investimento e a algumas

estratégias específicas precárias como não conseguir trabalho e estudos semelhantes. Sérgio Haddad e Di Pierro (1994) reforçam essa perspectiva crítica ao argumentar que a fragmentação das políticas educacionais dificulta a implementação de propostas consistentes para a EJA.

A ausência de diretrizes claras que integram a educação de jovens e adultos às demais etapas da educação básica contribui para um modelo segregador, que reforça a percepção de que a EJA é uma alternativa inferior à educação regular. Outro aspecto relevante é o impacto das políticas de financiamento. A autora relata sobre o fracasso escolar e sobre o recurso insuficiente para a educação Di Pierro (2008). Ela argumenta sobre o reconhecimento da EJA como um direito à superação do fracasso escolar, que inclui vários fatores no fragmento das políticas públicas e que os recursos são inadequados para uma prática pedagógica na realidade do docente. Em suma, o fracasso escolar na EJA, segundo Maria Clara Di Pierro, é resultado de múltiplos fatores que incluem a fragmentação das políticas públicas, a insuficiência de investimentos e a inadequação das práticas pedagógicas às realidades dos alunos. Para um autor, superar essa problemática exige a construção de um modelo educacional que reconheça as especificidades da EJA, promovendo uma educação verdadeiramente emancipadora.

Além disso, Di Pierro e Haddad (2000) ressaltam que esse desajuste pedagógico vem de longe, pois na Constituição de 1891 dando a responsabilidade para estados e municípios pela formação de jovens e adultos que eles ficam dinâmica que são adequadas a esses alunos, que também estão por seus direitos como cidadãos.

Considerações finais

Com pontos positivo e negativos, importante na modalidade EJA a serem debatido com melhoria pelo ministério da educação, mas também reconhece que muito tempo passado quando ainda estava sendo implantado na base curricular do ensino, como a procura dessa educação escolar e com seu público com mais interesse temos que olhar com, mais atenção a formação de Jovens e adultos.

Maria Clara de Pierro, autora e escritora de vários livros e artigos sobre a EJA, ressalta que um segmento considerável da população brasileira segue excluído do sistema educacional, conforme visto no desenvolvimento deste trabalho. Ressalta ainda que essa modalidade possui características singulares que exigem educadores com formação específica, uma vez que seu público possui diferentes níveis de escolaridade e dificuldades próprias. Sendo assim, tal

modalidade demanda do sistema educacional atenção pedagógica e financeira especial.

Referências

- CATELLI JR., R.; DI PIERRO, M. C.; GIROTTI, E. D. A política paulistana de EJA: território e desigualdades. São Paulo, **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 30, n. 74, p. 454-484, maio/ago. 2019. Disponível em <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/5734/3796>. Acessado em 12 de novembro de 2024.
- DI PIERRO, M. C. (Coord.) **Um estudo sobre Centros Públicos de Educação de Jovens Adultos no Estado de São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2017.
- DI PIERRO, M. C. **A alfabetização de jovens e adultos no Município de São Paulo**. In: Roberto Eduardo Lamari. (Org.). *Pensando São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012, p. 177-180.
- DI PIERRO, M. C. A atualidade das políticas de EJA. In: CORTI, A. P.; CÁSSIO, F.; STOCO, S. (Orgs.). (Org.). **Escola pública: práticas e pesquisas em educação**. Santo André: UFABC, 2023, p. 163-172.
- DI PIERRO, M. C. Cultivando a memória, o Inep reexamina periodicamente sua identidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n. 265, Set. 2022, p. 583–8.
- DI PIERRO, M. C. Luta social e reconhecimento jurídico do Direito Humano dos jovens e adultos à educação. **Educação (UFSM)**, v. 33, p. 395-410, 2008.
- DI PIERRO, M. C., VOVIO, C. L., ANDRADE, E. R. **Alfabetização de jovens e adultos: lições da prática**. Brasília: UNESCO, 2008.
- DI PIERRO, M. C.; ABBONIZIO, A. C. O.; GRACIANO, M. (Orgs.). **Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.
- DI PIERRO, M. C.; CRUZ, B. B.; GOMES, M. S. O impacto da inclusão da Educação de Jovens e Adultos no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) no Estado de São Paulo. IN: CATELLI JR, R.; HADDAD, S.; RIBEIRO, V. M. (OrgS.). **A EJA em xeque: desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI**. 1ed.São Paulo: Global; Ação Educativa, 2014, v. 1, p. 39-76.
- <https://mariaclaradipierro.com.br/wp-content/uploads/2023/09/EJA-EM-XEQUE-Maria-Clara-Di-Pierro.pdf>
- DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S. Escolarização de jovens e adultos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, Aug. 2000.
- DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S. Grundtvig e as escolas populares da Dinamarca: interlocuções com Paulo Freire e contribuições à Educação de Jovens e Adultos **no Brasil**. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e83403, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/N6cbHsDZSYyTm4kCCf3rbcm/?lang=pt>. Acessado em 10 de novembro de 2024.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 58-77, Nov. 2001.

DI PIERRO, M. C.; VIEIRA, R. S. **O desafio da alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo**. São Paulo, 2009.

DI PIERRO, M.C. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos**. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 321-337, jul./ dez. 2001.

DI PIERRO, M.C. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, 2005.

DI PIERRO, M.C., **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. Tese de Doutorado em Educação. PUC- SP, 314 p. 2000.

DI PIERRO, M.C.; ABBONIZIO, A.C.O.; GRACIANO, M. **Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

DI PIERRO, M.C.; VOVIO, C.L.; ANDRADE, E.R. **Alfabetização de jovens e adultos: lições da prática**. Brasília, DF: UNESCO, 2008.

DI PIERRO, Maria Clara. **“Balanço e perspectivas da pesquisa sobre formação de educadores(as) de jovens e adultos”**. In III Seminário nacional de formação de educadores de jovens e adultos. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Deriva, 2011, pp. 167-77.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil** - Uma entrevista com a professora Maria Clara Di Pierro. [Entrevista realizada em 15 de maio de 2015]. Revista PerCursos. Florianópolis, v. 16, n.31, p. 245 - 255, maio/ago. 2015. Entrevistadora: Rita de Cássia Pacheco Gonçalves.

DI PIERRO, Maria Clara. **O impacto da inclusão da educação de jovens e adultos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) no estado de São Paulo**. A EJA em xeque: desafios das políticas de educação de jovens e adultos no século XXI. Tradução . São Paulo: Global, 2014. p. 230

DI PIERRO, Maria Clara. **Tradições e concepções de educação de jovens e adultos**. Formação e práticas na educação de jovens e adultos. Tradução . São Paulo: Ação Educativa, 2017. . Disponível em:

<https://repositorio.usp.br/directbitstream/b05b603d-43b8-4d7a-b55e-4774f31296f1/Tradi%C3%A7%C3%B5es%20e%20concep%C3%A7%C3%B5es..%20%282017%29.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

DI PIERRO, Maria Clara. **Um estudo sobre centros públicos de educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo (2014-2017)**. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2017.

DI PIERRO, Maria Clara. **A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafio e perspectivas**. Educação e Sociedade, v. 31, n. 112, p. 939-959, 2010. Tradução . . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302010000300015>. Acesso em: 25 nov. 2024.

DOURADO, Maria Oliveira da Conceição; ALENCAR, Diego Pinheiro. **Retorno A Escola: Os**

desafios da eja diante da inclusão socioeducacional no Brasil. Instituto Federal Goiano. 2022.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e DI PIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabeto**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

HADDAD, Sérgio, & DI PIERRO, Maria Clara, **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos: consolidação de documentos** 1985/1994. São Paulo: CEDI, Ação Educativa, ago. 1994.

MANSUTTI, M. A. (Coord.) **Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA**. São Paulo: Movimento pela Base, set. 2022.

PAIVA, Vanilda. A importância da adequação do material didático para a educação de jovens e adultos no Brasil. **Monografias Brasil Escola**, vol., n.1 2003. Disponível em <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/adequacao-material-didatico-para-educacao-jovens-adultos-brasil.htm#indice> 9. Acessado em 08 de novembro de 2024.

PIERRO, M. C. D. Luta social e reconhecimento jurídico do Direito Humano dos jovens e adultos à educação. Educação, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 395–410, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1617>. Acesso em: 25 nov. 2024.